



FÉ, RAZÃO E CONHECIMENTO EM SANTO AGOSTINHO

(Faith, reason and knowledge in the Augustinian thought)

José Roberto Abreu de Mattos

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Studiorum Universitas a S. Thoma Aq. in Urbe-Angelicum, Roma

Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

E-mail: jrmattos@pucsp.br

RESUMO

Este artigo apresenta, brevemente, o movimento convergente entre fé e razão no pensamento agostiniano, necessário, segundo o grande Doutor da Igreja, para se conhecer profundamente as realidades inteligíveis. Prossegue discorrendo, sucintamente, sobre uma das tríades que se formam o processo do conhecimento: memória, inteligência e vontade, três faculdades de uma mesma substância que assinalam que a alma humana é uma e trina simultaneamente. Para chegar ao conhecimento do Eterno, o homem deve procurar, primeira e internamente, se conhecer. Por fim, apresenta-se a *memoria Dei*, atestando a presença divina na *mens*.

Palavras-chave: Santo Agostinho; Teoria agostiniana do conhecimento; Fé; Razão.

ABSTRACT

This article briefly presents the convergent movement of faith and reason in the Augustinian thought, which is necessary, according to the great Doctor of the Church, to get to know, in a deep manner the intelligible realities. In addition, discoursing concisely about one of the triads that form the process of knowledge: memory, intelligence and will, three faculties of the same substance that point out the human soul is one and triune simultaneously. To achieve the knowledge of the Eternal, the human being must seek to know himself, firstly and internally. Finally, the memoria Dei is presented, confirming the divine presence in the mens.

Keywords: St. Augustine; Augustinian knowledge theory; Faith; Reason.

INTRODUÇÃO

Santo Agostinho é o primeiro filósofo da antiguidade a problematizar e teorizar sobre a interioridade humana¹. Em seu célebre escrito confessional, *Confissões*, apresenta-se, pela primeira vez na história da tradição filosófica, os dilemas, angústias e inquietações envolvidos na experiência vivida e refletida por um pensador, relatados na primeira pessoa.

¹Cf. Henrique Lima Vaz. A metafísica da interioridade: Santo Agostinho. *Ontologia e História*, 1968.



Contando suas venturas e desventuras no caminho que culminou em sua conversão ao Cristianismo, Santo Agostinho revela, desde o início de suas confissões, o motivo de suas inquietações: *“Senhor, Criaste-nos para Vós e o nosso coração vive inquieto, enquanto não repousa em Vós”*²

Diferentemente dos filósofos que o precederam, a resposta agostiniana para as angústias vividas não se encontra apenas no movimento reflexivo da razão, sem, contudo, dele se abster, ressalta que a busca pelo conhecimento do Eterno remete, em primeira instância, ao conhecimento de si mesmo, uma vez que *“Deus é presentíssimo em nossa alma, todavia, ocultíssimo”*.³

No trajeto para o conhecimento de Deus, o grande Doutor da Igreja une o processo reflexivo da razão ao movimento encorajador da fé, admitindo que esta age internamente à razão, motivando-a em suas buscas, pois trata-se de encontrar, na interioridade anímica humana, a imagem do eterno que traz gravada em si. Configura-se, assim, um duplo processo: a alma descobre primeiramente a sua identidade, para transcendê-la rumo ao conhecimento de Deus.

É no processo do autoconhecimento, concomitantemente, experiência interior identitária e transcendental, que Santo Agostinho apresenta as tríades que revelam a imagem trinitária divina presente na alma humana.

Este artigo objetiva apresentar, ainda que sucintamente, como fé, razão e conhecimento se relacionam no pensamento agostiniano. Cabe lembrar que Santo Agostinho reflete a partir da condição humana real, sujeita aos vícios e vicissitudes que lhe são inerentes no tempo e delineiam, por assim dizer, os contornos de uma antropologia agostiniana.

1. FÉ E RAZÃO

Segundo Santo Agostinho, o anseio de estar unido à Suprema Bondade incita o homem a procurar o caminho para a redenção do mal⁴. Este caminho é revelado pela fé e dado a conhecer pela razão. Aquela mesma fé que nos exorta São Paulo, definindo-a como: *“um modo de possuir desde agora o que se espera, um meio de conhecer realidades que não se veem”* (HB, 11, 1).

A exortação apostólica nos diz que a esperança é, já ela mesma, um ato de fé. Leva-nos a perseverar na busca do que não se vê, do invisível, e o que ainda não pode ser visto com os “olhos da razão” será vislumbrado pelo “olhar da fé”, impulsionando a razão a procurar entender o que, por ora, está oculto ao intelecto.

²Confissões, I, I, 1.

³Confissões, I, I, 4.

⁴Soliloquios, I, VI.



Em sua Carta XX, a Consêncio, esclarecendo acerca do *De Trinitate*, Santo Agostinho destaca que “o valor da fé reside em sua operação sobre a razão, a serviço da razão”⁵. Existe, pois, uma racionalidade na fé, uma vez que,

De modo algum Deus odiaria em nós aquilo que nos criou melhores do que os outros seres dotados de alma. De modo algum, repito, devemos crer de tal forma a não aceitarmos ou procurarmos razão, pois não poderíamos sequer crer, se não tivéssemos almas racionais.⁶

Santo Agostinho entende a alma (*anima*) como o princípio vital do homem, este é composto de corpo e alma. A interioridade humana se reporta à alma, possuindo sua expressão mais elevada na *mens*, substância imaterial, hierarquicamente superior ao corpo. A *anima* não é privilégio humano, pois é comum a todo animal vivente, entretanto, apenas o homem possui *animus*, isto é, a faculdade de cognição, a razão, o poder de se reconhecer como alma, reconhecendo a existência do seu Criador.⁷

A fé acompanha a razão e vice-versa. Ambas compartilham do mesmo conteúdo, que deve, por seu turno, ser apreendido, conhecido e analisado pelo intelecto, mas cabe à fé motivar o homem para uma nova reflexão, trazendo à luz do pensamento o conteúdo apreendido, para que seja refinada a sua compreensão.

Referindo-se à redenção do mal, Santo Agostinho destaca que,

[...] Em certas coisas pertinentes à doutrina saudável [da salvação], as quais ainda não conseguimos perceber pela razão, mas um dia conseguiremos – a fé precede a razão, fé pela qual o coração é purificado para que capte e suporte a luz da grande razão, também isto concerne sim à razão.⁸

Não se trata de um raciocínio tautológico, de um processo que se traduz como um círculo vicioso, isto é, dizer que a fé precede a razão por ser a fé um fato racional. A ideia aqui não é de um raciocínio circular, mas convergente, pois crendo me obrigo, racionalmente, a entender o conteúdo da fé.⁹ Existe uma finalidade inerente a esse processo em que a fé alimenta e é alimentada pela razão. Os conteúdos de fé a serem apreendidos pela razão serão sempre objetos de reflexão racional, não apenas para que sejam conhecidos, mas para serem conhecidos profundamente.

Se, por um lado, por meio da fé o homem consegue vislumbrar o caminho de uma redenção do mal e, por conseguinte, tornar-se um homem menos corrompido, um homem novo, por outro lado, é pela razão que os humanos podem refletir sobre seus passos rumo à ascensão ao Bem Supremo.

⁵Cf. Moacyr Novaes: Notas sobre o problema da universalidade em Agostinho, do ponto de vista em relação entre Fé e Razão. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, 1997, p. 36.

⁶*Ibid*, p. 37.

⁷Cf. *De Trinitate*, VIII, VI, 9.

⁸Moacyr Novaes, *op. cit.*, p. 38.

⁹O movimento convergente e reflexivo entre fé e razão, segundo Novaes, está implícito na passagem do Livro do profeta Isaías, 7: 9, utilizada por Santo Agostinho para esclarecer Consêncio: “*se não credes, não entendereis*”. *Op. Cit.*, p. 38.



É, pois, a fé, segundo o entendimento de Santo Agostinho, que prepara o homem para a reflexão, ou seja, a fé impulsiona o homem à reflexão, para que ele tenha discernimento do como, por que, para quê, e, principalmente, a quem dirige a sua crença.

Refletindo sobre os dados da fé a razão empreende a ascensão do visível ao invisível, do humano ao divino, do temporal ao eterno. Nesse ponto, a explicação agostiniana da possibilidade de o conhecimento humano apreender as realidades inteligíveis expressa contornos neoplatônicos.

Entretanto, a argumentação de Santo Agostinho se afasta do neoplatonismo, do dualismo platônico que rejeitava a matéria como má, devendo o homem desprezá-la. Em sentido agostiniano, no caminho ético da busca pelo Sumo Bem a matéria é instrumento de salvação, ou seja, “a matéria recebe, de certo modo, os frutos da redenção”.¹⁰

Procurar o conhecimento racional de Deus é reconhecê-Lo, conforme a teoria agostiniana do conhecimento, como Uno e Trino, como Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo. Para tanto, o homem necessita ultrapassar o conhecimento sensível, elevando-se, pela razão, até a *mens*, àquela região em que *anima excellit*.¹¹

É no interior da *mens* que o homem se assemelha a Deus, que se reconhece como ser criado a Sua imagem, pois é lá que ele pode se conhecer e se amar, conhecendo, da mesma forma, o seu Criador, podendo assim amá-Lo e louvá-Lo.¹²

2. A TRINDADE E O CONHECIMENTO

Ao escrever uma de suas obras mais densas¹³, *De Trinitate*, Santo Agostinho apresenta, de forma completa, sua teoria do Conhecimento. A motivação agostiniana é teológica, tendo como objetivo principal a reflexão sobre o mistério da Santíssima Trindade, representado pela unicidade das três pessoas divinas: Pai, Filho e Espírito Santo. A reflexão agostiniana se volta também para o autoconhecimento da alma. Inspirado pela famosa citação bíblica “*Façamos o homem à nossa imagem e semelhança*” (Gn, 1, 26), Santo Agostinho procura a resposta do mistério trinitário na interioridade da *mens*, uma vez que é possível encontrar na vida anímica humana algo que reflita essa Trindade, posto que o homem foi criado à imagem e semelhança divina. Ao buscar o conhecimento do Deus-Trindade, a alma inevitavelmente procura a sua identidade, pois deve encontrar em si mesma algo que reflita esta tríade, portanto, deve se conhecer.

¹⁰*De Vera Religione*, p. 69.

¹¹*De Trinitate*, XIV, VIII, II.

¹²Cf. G. Reale e D. Antiseri. História da Filosofia. *A patrística latina e Santo Agostinho*, p. 449.

¹³Nas *notas complementares* referentes à 2ª edição de *A Trindade*, da Paulus, Nair de Assis Oliveira assim se refere ao *De Trinitate*: “é o melhor trabalho teológico de Santo Agostinho, avantajado em profundidade de pensamento e riqueza de ideias”, p. 561.



Dentre as várias trindades que se formam no processo de autoconhecimento da alma, destaca-se a memória, inteligência e vontade. A vontade une – ou separa – a memória à inteligência, tal como o amor, este concebido por Santo Agostinho como uma vontade mais intensa.¹⁴

Para explicitar o autoconhecimento da alma através da trindade memória, inteligência e vontade, Santo Agostinho parte do conhecimento sensível. Grosso modo, se pode sintetizar o conhecimento sensível trinitário da seguinte forma: ao vermos um objeto¹⁵ cria-se uma trindade: o objeto, a visão gerada (a percepção do objeto pelo sentido) e a atenção da alma mantendo a visão exterior voltada ao objeto. Essa atenção é ditada pela vontade, que pode manter o olhar fixo no objeto ou se desviar para outro lugar, estabelecendo, deste modo, uma nova trindade e assim sucessivamente. Entretanto, existe nesta trindade diferença de substâncias, pois o ato de ver, a percepção que gera a sensação e a vontade que une o objeto à visão exterior está presente na alma, substância imaterial, ao passo que o objeto é exterior, de natureza corpórea. Interessa à alma, portanto, na busca pelo conhecimento de si e do Sumo Bem, que ascenda – por meio do intelecto – para esferas mais elevadas que se encontram na interioridade humana.

De forma similar à Trindade Divina estão presentes no homem memória, inteligência e vontade, três faculdades de uma mesma substância que assinalam que a alma humana é una e trina simultaneamente, pois no conhecimento “o elemento que gera (*gignem*) é a memória [Pai]; o que é gerado (*genitum*) é o pensamento inteligente – *cogitatio* – [Filho], e o amor – *dilectio* – é a vontade [Espírito]”¹⁶ o termo que une os dois precedentes.

Desta forma, a alma deve encontrar em si, quando busca o autoconhecimento, sua similaridade à Trindade divina, qual seja a existência das três potências inerentes à sua natureza, se reconhecendo, então, como substância que se lembra, que se compreende e que se ama.

O conhecimento de si possibilita à alma buscar o conhecimento de Deus, das verdades e razões eternas. A necessidade do autoconhecimento se afigura, nesse sentido, como um processo de depuração da alma: ela deve se distinguir daquilo que é temporal, contingente, perecível, material, se reconhecendo como substância eterna e imaterial, capaz de conhecer o eterno [*capax Dei*], o divino imutável.¹⁷

Apresenta-se, então, uma nova trindade: memória de Deus, conhecimento de Deus, amor a Deus. Destaca-se, para o conhecimento dos princípios primeiros, isto é, das verdades e razões eternas, a *memoria Dei*, pois se refere às normas que norteiam os homens a estabelecer racionalmente o juízo, assim definidas por Santo Agostinho,

¹⁴*De Trinitate*, XV, XXI, 41.

¹⁵Santo Agostinho utiliza o sentido da visão para exemplificar o que ocorre também com os demais sentidos no processo perceptivo, todavia, revela uma preferência especial por tal sentido, concebendo-o como “o mais excelente dos sentidos e ainda que de outro gênero, mostra-se o mais próximo à visão da inteligência”. *De Trinitate*, XI, I, I.

¹⁶Cf. Nair de Assis Oliveira, *A Trindade*, nota 16, IXIV, VI 8b.

¹⁷*De Trinitate*, X, VIII, II.



Quais são as regras que inspiram esse juízo, senão as normas eternas que deveriam nortear a vida de cada um, embora não se viva assim? Onde as encontramos? Certamente, não será em nossa própria natureza, pois tais normas são vistas sem dúvida pela alma, mas esta é mutável, ao passo que qualquer um pode perceber que essas regras são imutáveis. Não será tampouco no estado habitual da alma, pois elas dizem respeito à justiça, mas de fato, a alma dos mortais se orienta sempre pela justiça; onde, pois estarão escritas essas regras? Elas que possibilitam ao injusto reconhecer o que é justo, descobrir que deve possuir aquilo que ele mesmo não possui? Onde não de estar escritas senão no livro daquela luz que se chama Verdade. Nesse livro é que se baseia toda lei justa que é transcrita e se transfere para o coração do homem que pratica a justiça. Não como se ela emigrasse de um lado para outro, mas a modo de impressão na alma. Tal como a imagem de um anel fica impressa na cera, sem se apagar do anel. Entretanto, aquele que não pratica a justiça, apesar de saber que deve praticá-la, afasta-se daquela luz, pela qual, no entanto, é iluminado.¹⁸

Essa impressão na memória humana é o que torna possível ao homem exercer o juízo da razão, ele pode discernir, por meio desses princípios, o que é o belo, o bom, o justo, entre outros conceitos. Nesse aspecto, a *memoria Dei* é tal qual uma *iluminação* que radica na alma racional criada. Por intermédio dela o homem pode vislumbrar, pela *visão interior*, as verdades e razões eternas. Esta *iluminação* se dá por participar da natureza divina¹⁹, porque o homem é uma centelha do Criador.

Essa impressão ontológica é uma presença na alma, não uma consciência, pois possuímos “*nos refolhos da alma conhecimento de certas realidades que de algum modo vêm à superfície da mente e se põem como que mais abertamente à luz, na presença da mente, quando nelas ela pensa*”.²⁰

Do mesmo modo que a alma traz presente na memória o conhecimento de si, traz o conhecimento do eterno, das verdades e razões eternas. Não obstante a condição humana se apresente inscrita dentro da temporalidade, sujeita à contingência e mutabilidade inerentes ao tempo, a razão pode julgar o conhecimento gerado pelo pensamento. Iluminada por esses princípios primeiros, sempre presentes na memória, porém nem sempre conscientes, por meio do *cogito*, a razão vislumbra nuances da Verdade à luz das razões eternas. Essa forma pela qual se orienta a razão, visto ser necessária, imutável e eterna, exprime, em outras palavras, a presença eterna de Deus em nossa memória.²¹

CONCLUSÃO

Do breve percurso realizado anteriormente sobre fé, razão e o processo do conhecimento no pensamento agostiniano, podem-se vislumbrar as diversas relações em que a razão, nutrida

¹⁸*De Trinitate*, XIV, XV, 21.

¹⁹*Ibid.*

²⁰*Ibid*, IV, II, 4.

²¹*Ibid*, XIV, XIV, 18.



pela fé, busca o conhecimento do divino, do Sumo Bem, implicando, também, na conduta reta dos homens orientada pelas *verdades eternas* presentes na *mens*, instauradora do campo ético.

Nesse sentido, alguns autores veem uma “teoria do bem ôntico” em Santo Agostinho, centrada numa “moral da razão do ser”.²² O Sumo Bem como realização da finalidade última do bem viver agostiniano é, ao mesmo tempo, fim último do processo intelectual, pois de Deus provém toda a sabedoria.

Instigada pela procura interior do conhecimento do Eterno, a *mens* encontra a si mesma, se reconhecendo como criatura, podendo, assim, seguir sua busca rumo ao encontro cognoscível do seu Criador. E não é com menos felicidade que O encontrará, como aponta Santo Agostinho²³. Nele cessarão suas angústias, aflições, saciar-se-á sua sede de conhecimento; conhecimento este fruto da alegria mais serena e do amor mais completo, posto que o movimento que motiva a sua busca, em sentido agostiniano, já é um ato de amor.

BIBLIOGRAFIA

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Editora Paulinas, 1985.

MATTOS, JOSÉ ROBERTO ABREU. *Da justiça absoluta à possibilidade de justiça entre os homens: um estudo sobre o conceito de justiça no pensamento de Santo Agostinho*. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2004.

NOVAES, MOACYR. *Nota sobre o problema da universalidade em Agostinho, do ponto de vista da relação entre fé e razão*. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Campinas: Edunicamp, v.2, nº 7, 1977.

RAMOS, FRANCISCO MANFREDO TOMÁS. *A ideia de Estado na doutrina ético-política de Santo Agostinho: um estudo do epistolário comparado com o “De Civitate Dei”*. São Paulo: Loyola, 1984.

REALE, GIOVANNI; ANTISERI, DARIO. *A patrística latina e Santo Agostinho*. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus, 1990.

SANTO AGOSTINHO. *A Trindade (De Trinitate)*. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. *A Verdadeira Religião (De Vera Religione)*. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *Confissões (Confessionum)*. São Paulo: Paulus, 1984.

_____. *Epístola CXVIII (a Dióscoro)*. Cartas 1-123 (1º). Madrid: Biblioteca de Autores Christianos (BAC), 1986.

_____. *Soliloquios e A Vida Feliz (Soliloquia et De Beata Vita)*. São Paulo: Paulus, 1998.

VAZ, HENRIQUE C. LIMA. *A metafísica da interioridade: Santo Agostinho*. *Ontologia e História*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1968.

Recebido em: 12/01/2017

Aprovado em: 26/06/2018

²²Cf. Francisco Manfredo Tomás Ramos. *A ideia de Estado na doutrina ético-política de Santo Agostinho*, p. 84.

²³Cf. *Epístola CXVIII*, III, 20.